

Companhia  
Energética Sinop  
S.A. (pré-  
operacional)

**Informações contábeis  
intermediárias em  
30 de setembro de 2018**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as informações contábeis intermediárias</b>	<b>3</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>5</b>
<b>Demonstrações de resultados</b>	<b>6</b>
<b>Demonstrações de resultados abrangentes</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações dos valores adicionados</b>	<b>10</b>
<b>Notas explicativas às informações contábeis intermediárias</b>	<b>11</b>



KPMG Auditores Independentes  
SAI/SO, Área 6580 - Bloco 02, 3º andar, sala 302 - Torre Norte  
- ParkShopping - Zona Industrial (Guará)  
Caixa Postal 8587 - CEP: 71219-900 - Brasília/DF - Brasil  
Telefone +55 (61) 3362 3700  
www.kpmg.com.br

## Relatório sobre a revisão de Informações Trimestrais (ITR)

Ao  
Conselho de Administração e aos diretores da  
Companhia Energética Sinop S.A. (Pré-operacional)  
Sinop - MT

### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia Energética Sinop S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



### **Conclusão sobre as informações intermediárias**

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB aplicáveis à elaboração de ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

### **Outros assuntos - Demonstrações do Valor Adicionado**

A informação contábil intermediária relativa à demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, apresentada como informação suplementar para fins da IAS 34, foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as informações contábeis intermediárias e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Brasília, 9 de novembro de 2018

KPMG Auditores Independentes  
CRC SP-014428/O-6 F-DF

  
Marcelo José de Aquino  
Contador CRC 1SP183836/O-6

**Companhia Energética Sinop S.A. (pré-operacional)**

**Balancos patrimoniais em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro 2017**

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	30/09/2018	31/12/2017	Passivo	Nota	30/09/2018	31/12/2017
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	3.755	1.083	Fornecedores	14	69.049	91.987
Aplicações financeiras	6	75.499	215.047	Tributos e contribuições a recolher	15	5.179	5.483
Adiantamentos		355	223	Obrigações trabalhistas	16	2.707	2.010
Tributos e contribuições a recuperar	7	28.281	10.459	Financiamento BNDES	17	75.432	22.292
Títulos e créditos a receber	8	19.114	-	Debêntures	18	5.700	-
Despesas antecipadas	9	19.401	28	Uso do bem público	13	3.765	1.882
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>146.405</b>	<b>226.840</b>	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>161.832</b>	<b>123.654</b>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Fundos vinculados	10	49.844	-	Financiamento BNDES	17	915.831	887.364
Ativo fiscal diferido	11	235.984	229.977	Debêntures	18	223.947	-
				Uso do bem público	13	22.635	23.674
<b>Total do realizável a longo prazo</b>		<b>285.828</b>	<b>229.977</b>	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>1.162.413</b>	<b>911.038</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>432.233</b>	<b>456.817</b>	<b>Patrimônio líquido</b>			
				Capital social	20	1.694.200	1.550.200
				Prejuízos acumulados	20	(460.818)	(449.185)
				<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>1.233.382</b>	<b>1.101.015</b>
				<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>2.557.627</b>	<b>2.135.707</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

**Companhia Energética Sinop S.A. (pré-operacional)**

**Demonstrações de resultados**

Períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	Períodos de três meses findos em:		Períodos de nove meses findos em:	
		30/09/2018	30/09/2017	30/09/2018	30/09/2017
<b>Receita de vendas</b>					
Receita líquida com venda de energia elétrica	21	53.187	-	85.559	-
Outras receitas	22	-	-	8.772	-
<b>Custos com energia elétrica</b>					
Energia elétrica comprada para revenda	23	(49.955)	-	(90.054)	-
Encargos de uso da rede elétrica	24	17.075	-	(576)	-
Outros custos	25	-	-	(7.465)	-
<b>Resultado bruto</b>		<b>20.307</b>	<b>-</b>	<b>(3.764)</b>	<b>-</b>
<b>Outras (despesas) operacionais</b>					
Pessoal, encargos e benefícios	26	(2.100)	(1.957)	(6.993)	(5.699)
Serviços de terceiros	27	(3.755)	(1.415)	(9.682)	(3.425)
Arrendamentos e aluguéis		(89)	(95)	(284)	(276)
Passagens e hospedagens		(136)	(197)	(484)	(544)
Materiais		(49)	(50)	(141)	(169)
Depreciações e amortizações	12 e 13	(121)	(115)	(358)	(310)
Outros		(217)	(240)	(870)	(1.007)
<b>Resultado antes do resultado financeiro</b>		<b>13.840</b>	<b>(4.069)</b>	<b>(22.576)</b>	<b>(11.430)</b>
<b>Resultado financeiro</b>					
Receitas financeiras		1.621	3.007	5.409	5.861
Despesas financeiras		(18)	(114)	(473)	(354)
<b>Resultado financeiro</b>	28	<b>1.603</b>	<b>2.893</b>	<b>4.936</b>	<b>5.507</b>
<b>Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>15.443</b>	<b>(1.176)</b>	<b>(17.640)</b>	<b>(5.923)</b>
Contribuição social diferida	11	(1.391)	106	1.585	434
Imposto de renda diferido	11	(3.856)	287	4.422	1.266
<b>Resultado do período</b>		<b>10.196</b>	<b>(783)</b>	<b>(11.633)</b>	<b>(4.223)</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

**Companhia Energética Sinop S.A. (pré-operacional)**

**Demonstrações de resultados abrangentes**

Períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	<u>Períodos de três meses</u>		<u>Períodos de nove meses</u>	
	<u>30/09/2018</u>	<u>30/09/2017</u>	<u>30/09/2018</u>	<u>30/09/2017</u>
Resultado do exercício	10.196	(783)	(11.633)	(4.223)
Outros componentes do resultado abrangente	-	-	-	-
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b><u>10.196</u></b>	<b><u>(783)</u></b>	<b><u>(11.633)</u></b>	<b><u>(4.223)</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and several smaller initials.

## Companhia Energética Sinop S.A. (pré-operacional)

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Prejuízo acumulado	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Total do patrimônio líquido
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>565.000</b>	<b>(14.874)</b>	<b>328.000</b>	<b>878.126</b>
Integralização de capital social em moeda corrente	497.200	-	-	497.200
Integralização de capital social por AFAC	328.000	-	(328.000)	-
Resultado do período	-	(4.223)	-	(4.223)
<b>Saldo em 30 de setembro de 2017</b>	<b>1.390.200</b>	<b>(19.097)</b>	<b>-</b>	<b>1.371.103</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>1.550.200</b>	<b>(449.185)</b>	<b>-</b>	<b>1.101.015</b>
Integralização de capital social em moeda corrente	144.000	-	-	144.000
Resultado do período	-	(11.633)	-	(11.633)
<b>Saldo em 30 de setembro de 2018</b>	<b>1.694.200</b>	<b>(460.818)</b>	<b>-</b>	<b>1.233.382</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.



## Companhia Energética Sinop S.A. (pré-operacional)

### Demonstrações dos fluxos de caixa

Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	30/09/2018	30/09/2017
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Resultado do período antes dos impostos	(17.640)	(5.923)
Encargos de dívidas	72.953	-
Receita financeira	-	(13)
Provisões	692	368
Depreciação e amortização	358	310
	<u>56.363</u>	<u>(5.258)</u>
<b>Variações no ativo</b>		
Aplicações financeiras	139.547	1.720
Adiantamentos	(132)	(39)
Tributos e contribuições a recuperar	(17.822)	(4.515)
Títulos e créditos a receber	(19.114)	-
Despesas antecipadas	(19.374)	(20)
Fundos vinculados	(49.844)	-
	<u>33.261</u>	<u>(2.854)</u>
<b>Variações no passivo</b>		
Fornecedores	(22.938)	(11.588)
Tributos e contribuições a recolher	(304)	(3.624)
Obrigações trabalhistas	38	84
	<u>(23.204)</u>	<u>(15.128)</u>
Juros pagos na liquidação da dívida com o BNDES	(23.991)	-
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<u>42.429</u>	<u>(23.240)</u>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>		
Adição de imobilizado	(445.064)	(533.718)
Adição de intangível	(68)	(91)
<b>Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento</b>	<u>(445.132)</u>	<u>(533.809)</u>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>		
Captação financiamento - BNDES	48.571	45.814
Captação financiamento - Debêntures	223.739	-
Integralização de capital social	144.000	497.200
Liquidação da dívida com o BNDES (principal)	(10.935)	-
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento</b>	<u>405.375</u>	<u>543.014</u>
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>2.672</u>	<u>(14.035)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	1.083	25.612
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	3.755	11.577
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>2.672</u>	<u>(14.035)</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

## Companhia Energética Sinop S.A. (pré-operacional)

### Demonstrações dos valores adicionados

Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	30/09/2018	30/09/2017
<b>1 - Receitas</b>		
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	94.280	-
Outras receitas	8.773	-
	<u>103.053</u>	<u>-</u>
<b>2 - Insumos adquiridos de terceiros</b>		
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(98.094)	-
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(10.905)	(4.986)
	<u>(108.999)</u>	<u>(4.986)</u>
<b>3 - Valor adicionado bruto</b>	<u>(5.946)</u>	<u>(4.986)</u>
<b>4 - Retenções</b>		
Depreciação, amortização e exaustão	(358)	(310)
<b>5 - Valor adicionado líquido produzido pela entidade</b>	<u>(6.304)</u>	<u>(5.296)</u>
<b>6 - Valor adicionado recebido em transferência</b>		
Receitas financeiras	5.409	5.861
	<u>5.409</u>	<u>5.861</u>
<b>7 - Valor adicionado total a distribuir</b>	<u>(895)</u>	<u>565</u>
<b>8 - Distribuição do valor adicionado</b>		
<b>Pessoal</b>		
Remuneração direta	5.760	4.558
Benefícios	887	880
FGTS	346	261
	<u>6.993</u>	<u>5.699</u>
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>		
Federais	2.714	(1.641)
Estaduais	267	94
Municipais	7	6
	<u>2.988</u>	<u>(1.541)</u>
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>		
Despesas financeiras	473	354
Aluguéis	284	276
	<u>757</u>	<u>630</u>
<b>Remuneração de capitais próprios</b>		
Resultado do período	(11.633)	(4.223)
	<u>(11.633)</u>	<u>(4.223)</u>
<b>Valor adicionado total</b>	<u>(895)</u>	<u>565</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

## Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

### 1 Contexto operacional

A Companhia Energética Sinop S.A. (“Sinop Energia” ou “Companhia”) é uma Sociedade de Propósito Específico, de capital aberto, constituída em 28 de outubro de 2013. Em 11 de dezembro de 2014, a Companhia teve seu controle acionário alterado, com o ingresso da Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A. na composição acionária da Companhia. O controle é exercido de forma compartilhada nos termos do Acordo de Acionista (“Acordo”), do qual todos os acionistas fazem parte (Nota Explicativa nº 20), respeitando os termos do art. 118 da Lei nº 6.404/76.

A Sinop Energia tem como objeto social único e exclusivo a construção, implantação, operação, manutenção e comercialização da energia gerada pela Usina Hidrelétrica Sinop (“UHE” ou “UHE Sinop” ou “Usina” ou “Empreendimento”), sendo-lhe vedada participar do capital de qualquer outra sociedade. A sede da Companhia localiza-se na cidade de Sinop, no Estado de Mato Grosso, no Setor Comercial, Av. das Sibipirunas, nº 3.662; e a Usina situa-se entre os municípios de Cláudia e Itaúba, no Estado de Mato Grosso.

A Sinop Energia, bem como os respectivos acionistas, observa as normas específicas para geradores de energia estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL” ou “Agência Reguladora”) e pelo Ministério de Minas e Energia (“MME” ou “Poder Concedente”). Cabe ao Governo Federal, através da atuação da Agência Reguladora e do Poder Concedente, regular e fiscalizar as atividades da Companhia. A concessão para a operação e a implantação do Empreendimento foi estabelecida a partir do Leilão nº 006/2013 da ANEEL, realizado em 29 de agosto de 2013. Subsequentemente, em 26 de fevereiro de 2014, a Companhia celebrou Contrato de Concessão nº 01/2014 com a União através do Ministério de Minas e Energia para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, cujo prazo é de 35 anos, a partir da assinatura do referido contrato, tendo em vista a sua condição de produtor independente de energia elétrica. A Secretaria de Estado e Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso (SEMA/MT) concedeu a Licença de Instalação definitiva, válida até 5 de junho de 2022.

Com o objetivo de potencializar as ações positivas, evitar, mitigar ou compensar aquelas de natureza negativa que possam ser provocadas pelas intervenções necessárias para implantar o Empreendimento e, posteriormente, para operá-lo, a Companhia assumiu os compromissos relacionados no Projeto Básico Ambiental (PBA). Este documento é composto por 56 programas socioambientais com metodologias, escopos, produtos, responsabilidades e cronogramas específicos, a ser gerenciados ao longo da etapa de implantação da Usina Hidrelétrica Sinop, bem como durante sua operação. Na data de divulgação dessas informações contábeis intermediárias, a Companhia encontra-se em dia com todas as suas obrigações assumidas no PBA.

A Companhia teve reconhecido seu enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), conforme Portaria nº 334, de 20 de novembro de 2014, e Ato Declaratório Executivo nº 5, de 28 de janeiro de 2015, da Receita Federal Brasileira (RFB). As pessoas jurídicas beneficiárias do REIDI estão autorizadas a efetuar aquisições de bens e serviços para a aplicação em obras de infraestrutura sem a incidência da contribuição ao Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

Em 6 de março de 2017, a Companhia protocolou Chancela nº 000124 com a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) o requerimento de solicitação de concessão de benefício da redução de 75% do IRPJ. Em 29 de dezembro de 2017, através da Resolução nº 353, a SUDAM aprovou o pleito de redução, ficando a empresa obrigada a informar a efetiva entrada em operação do empreendimento.

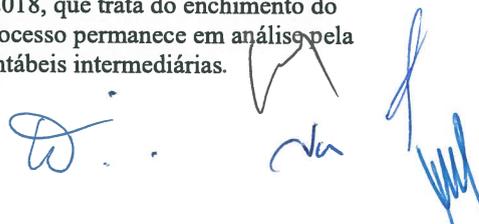
Em relação ao prazo de execução da UHE Sinop, a Companhia enfrentou, desde o início da construção, diversos entraves na execução das obras de implantação do Empreendimento, sendo eles:

- (a) Entraves ambientais/judiciais, tais como:
  - (a.1) Suspensão da Licença de Instalação da Usina
  - (a.2) Suspensão da autorização de imissão provisória de posse da área necessária ao canteiro de obras
  - (a.3) Deslizamento de talude da margem direita da casa de força
  - (a.4) Embargo de execução da lavra de arenito
  - (a.5) Atrasos do órgão ambiental na emissão das autorizações de supressão vegetal.
- (b) Entrave de acesso ao Sistema Integrado Nacional (SIN).
- (c) Entrave financeiro - Atraso de cerca de oito meses na finalização e na liberação do financiamento obtido com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Em 8 de janeiro de 2018, através da Portaria nº 2, o secretário-adjunto de planejamento e desenvolvimento energético do MME definiu ao novo montante de garantia física de energia da UHE Sinop em 242,8 MW médios (\*), considerando a potência instalada mínima de 401,88 MW (\*).

- (\*) Informações não examinadas/revisadas pelos auditores independentes.

Em 18 de janeiro de 2018, a Companhia protocolizou com a SEMA/MT o requerimento solicitando a Licença de Operação (LO) sob o nº 23414/2018, que trata do enchimento do reservatório e da subsequente operação da Usina. Esse processo permanece em análise pela SEMA/MT na data de divulgação dessas informações contábeis intermediárias.



Em 6 de fevereiro de 2018, a Diretoria da ANEEL, através do Despacho nº 318, tendo em vista a deliberação da Diretoria e o que consta no Processo nº 48500.005654/2013-48, decidiu:

- (i) Indeferir o pedido de reconhecimento de excludente de responsabilidade referente ao período de suspensão da Licença de Implantação e ao atraso da imissão na posse das terras necessárias à construção do empreendimento hidrelétrico.
- (ii) Reconhecer 11 meses como excludente de responsabilidade, em razão da mora para concessão das Autorizações para Supressão Vegetal (ASV), ASV Solo e ASV Rocha.
- (iii) Determinar que o período reconhecido como excludente de responsabilidade deve ser refletido em novo cronograma contratual, bem como na alteração dos prazos inicial e final dos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCEAR).
- (iv) Afastar, pelo período definido no item (ii), a Concessionária de todas as obrigações relacionadas a aquisição e aporte de lastro e de outras garantias, bem como de todas as penalidades e encargos decorrentes do atraso da operação comercial da UHE Sinop.

Em atendimento ao item (iii), o cronograma perante o Poder Concedente para o início de suprimento de energia foi alterado para 1º de dezembro de 2018 e, ainda, os prazos inicial e final dos CCEAR foram ajustados para 1º de dezembro de 2018 e 30 de novembro de 2048, respectivamente, por meio de aditivos contratuais.

A Companhia ainda dependerá de quantias significativas em custos de organização, desenvolvimento e pré-operação para conclusão da UHE Sinop. Está previsto e aprovado R\$ 186.000 a ser aportados nos períodos abaixo:

Trimestre	2019	2020
I	50.000	7.000
II	-	9.000
III	98.000	-
IV	22.000	-
	<u>170.000</u>	<u>16.000</u>

## 2 Base de preparação das informações contábeis intermediárias e principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação e na apresentação destas informações contábeis intermediárias estão definidas a seguir:

### 2.1 Base de preparação

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em especial o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária, e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo IASB, aplicáveis à elaboração de informações trimestrais.

Estas informações contábeis intermediárias são apresentadas sem a repetição de determinadas notas explicativas anteriormente divulgadas, mas com a evidenciação das alterações relevantes ocorridas no período. Portanto, estas informações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as informações contábeis anuais da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, que contemplam o conjunto completo das notas explicativas.

A preparação das informações contábeis intermediárias exige que a Administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o cálculo das depreciações sobre o ativo imobilizado e das amortizações sobre o ativo intangível (Notas Explicativas n°s 12 e 13), o valor presente com o Uso do Bem Público (UBP) registrado no ativo e no passivo da Companhia (Nota Explicativa n° 13) e das provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis (Nota Explicativa n° 19). Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou da sua liquidação. A Administração revisa essas estimativas periodicamente.

Todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração.

A emissão das informações contábeis intermediárias foi autorizada em Ata de Reunião da Diretoria em 9 de novembro de 2018. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as informações contábeis intermediárias.

### **3 Moeda funcional e moeda de apresentação**

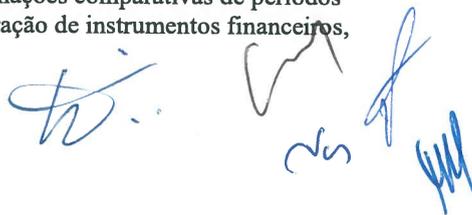
Estas informações contábeis intermediárias estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### **4 Principais práticas contábeis**

As práticas contábeis utilizadas na preparação destas informações contábeis intermediárias são as mesmas adotadas na preparação das informações contábeis anuais da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, que devem ser lidas em conjunto com estas informações financeiras intermediárias, exceto para os itens a seguir:

#### **4.1 Pronunciamento Técnico CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9 - Financial Instruments)**

A Companhia adotou o CPC 48/IFRS 9 com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018, aproveitando a isenção que lhe permite não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo perdas de crédito esperadas.



• **Classificação - Ativos e passivos financeiros**

O CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes no CPC 38/IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. Os novos requerimentos de classificação não produziram impactos na contabilização dos ativos e passivos financeiros da Companhia, conforme demonstrado a seguir:

R\$ mil	Classificação CPC 38/IAS 39	Classificação CPC 48/IFRS 9	Saldo 01/01/2018
<b>Ativos financeiros (circulante/não circulante)</b>			
Caixa e equivalentes de caixa:			
Caixa e depósitos bancários à vista	Empréstimos e recebíveis	Valor Justo por Meio de Resultado	1.083
Aplicações financeiras	Valor Justo por Meio de Resultado	Valor Justo por Meio de Resultado	215.047
<b>Total de ativos financeiros</b>			<b>216.130</b>
<b>Passivos financeiros (circulante/não circulante)</b>			
Fornecedores e encargos setoriais	Custo amortizado	Custo amortizado	91.987
Empréstimos e financiamentos	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	909.656
<b>Total de passivos financeiros</b>			<b>1.001.643</b>

• **Redução ao valor recuperável (impairment) - Ativos financeiros e ativos contratuais**

O CPC 48 substitui o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38 por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais. As provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

Esse requerimento não gerou impacto na contabilização de seus ativos financeiros e contratuais.

**4.2 Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes (IFRS 15 - Revenue from Contracts with Customers)**

O CPC 47 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. O CPC 47 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (R1) - Receitas e o CPC 17 (R1) - Contratos de Construção. A aplicação do CPC 47 não gerou impacto nas informações financeiras.

**4.3 Arrendamento mercantil (IFRS 16 - Leases)**

O CPC 06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que

representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019.

Não é previsto nenhum impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

## 5 Caixa e equivalentes de caixa

	30/09/2018	31/12/2017
Fundo fixo de caixa	2	3
Conta-corrente:		
- Banco do Brasil	158	14
- BNP Paribas	-	2
- Banco Itaú Unibanco	3.514	1.021
- Banco Bradesco	81	43
	<u>3.755</u>	<u>1.083</u>

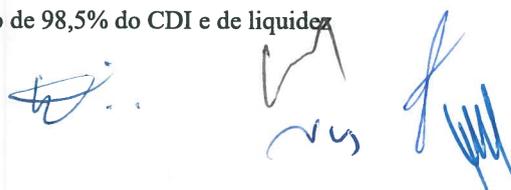
Os recursos disponíveis na rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” são utilizados para pagamento das obrigações de curto prazo da Companhia.

## 6 Aplicações financeiras

	30/09/2018	31/12/2017
Fundos de investimento	12.701	20.950
CDB	45.262	63.828
Operações compromissadas	17.536	130.269
	<u>75.499</u>	<u>215.047</u>

Principais característica das aplicações financeiras:

- (i) CDB do Banco do Brasil e Banco ABC Brasil com taxa de remuneração pré-fixada entre 10% a 101% do CDI, (96% a 99% do CDI em 31 de dezembro de 2017).
  - (ii) Fundos de investimento do tipo Multimercado gerido pelo Bradesco, com taxa de remuneração realizada em 2018 entre 97,22% e 98,74% do CDI, (102,71% do CDI em 31 de dezembro de 2017).
- Ambos os produtos de investimento qualificados acima são resgatáveis em qualquer momento sem redução do valor pactuado.
- (iii) Operações compromissadas com a taxa de remuneração de 98,5% do CDI e de liquidez imediata, (99% do CDI em 31 de dezembro de 2017).



## 7 Tributos e contribuições a recuperar

	30/09/2018	31/12/2017
Imposto sobre operações relativas à circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços - ICMS antecipado (a)	105	127
Programa de Integração Social (PIS) a recuperar (b)	4.005	1.082
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) a recuperar (b)	18.042	4.758
Imposto sobre Serviços (ISS) a recuperar	66	66
Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre aplicações financeiras (c)	6.045	4.408
Imposto de renda a recuperar	18	18
	<u>28.281</u>	<u>10.459</u>

- (a) A Secretaria da Fazenda do Estado de Mato Grosso (SEFAZ-MT) lança em conta-corrente de ICMS e cobra de forma antecipada todos os valores relativos à emissão das notas fiscais eletrônicas em função da Companhia estar enquadrada no regime de recolhimento do ICMS por Estimativa Simplificada e Diferencial de Alíquota antecipada. A SEFAZ-MT concedeu o benefício de redução na base de cálculo conforme deferimento do Processo nº 5294015/2017, de 29 de junho de 2017, reduzindo a carga tributária final de 10% (dez por cento) para 7% (sete por cento) nas aquisições interestaduais de materiais.
- (b) A Companhia, nos termos do art. 3º da Lei nº 10.833/03, credita-se do PIS e da COFINS não cumulativos referentes aos serviços prestados na área de meio ambiente (\*), faturas de energia elétrica, locações e depreciação acumulada.
- (\*) Nas atividades da área de engenharia não há créditos de PIS e COFINS em função do benefício do REIDI que determina a isenção de tais tributos sobre os valores dos materiais e serviços contratados.

Durante o ano de 2019, a Companhia estima uma receita bruta de R\$ 281.000, composta pela projeção de geração de 1.890.408 MWh a ser faturada pelo preço unitário de R\$ 148,60 por MWh, corrigido em 30 de setembro de 2018. Desta receita, os tributos federais (PIS 1,65% e COFINS 7,6%) serão apurados no montante de R\$ 25.900.

- (c) Imposto de Renda sobre os valores resgatados das aplicações financeiras em 30 de setembro de 2018 referentes aos: (i) aportes dos acionistas R\$ 144.000, (R\$ 577.200 em 2017); (ii) aportes do BNDES R\$ 48.571, (R\$ 109.594 em 2017); e (iii) R\$ 223.738 créditos pela emissão das debêntures.

## 8 Títulos e créditos a receber

	30/09/2018	31/12/2017
Contas a receber de clientes	19.114	-
	<u>19.114</u>	<u>-</u>

Refere-se à venda de energia elétrica comercializada no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

## 9 Despesas antecipadas

	30/09/2018	31/12/2017
EUST pago antecipadamente (a)	18.473	-
Acordo bilateral (b)	752	-
Seguros	176	28
	<u>19.401</u>	<u>28</u>

- (a) Pagamento dos Encargos pelo Uso do Sistema de Transmissão (EUST) referente ao período de janeiro a junho de 2018 reclassificados contabilmente como despesa antecipada conforme o constante do Despacho nº 318 da ANEEL e do Ofício nº 43/2018 SRT/SCG ANEEL emitido em 19 de julho de 2018 (Nota Explicativa nº 24).
- (b) Pagamento antecipado do prêmio de desconstrução de energia elétrica vendida referente à competência de dezembro de 2018.

## 10 Fundos vinculados

	30/09/2018	31/12/2017
Conta reserva (Financiamento BNDES)	49.844	-
	<u>49.844</u>	<u>-</u>

Os direitos creditórios da Companhia, provenientes das receitas de venda de energia elétrica, são depositados nas contas (adicionais e centralizadoras) de movimentação exclusiva pelo Banco Administrador (Bradesco), têm por finalidade ser preenchido até 3 (três) vezes o valor das prestações mensais de amortização vincenda do serviço da dívida a partir de 15 de julho de 2018 e serão mantidos até o final da liquidação de todas as obrigações assumidas, conforme estabelecido no Contrato de Financiamento com o BNDES, Cláusula Décima, "Garantias da Operação, item II - Cessão Fiduciária dos Direitos Emergentes da Concessão e dos Direitos Creditórios". O financiamento celebrado com o BNDES é objeto da Nota Explicativa nº 17.

Os montantes depositados na Conta Reserva estão aplicados em fundos de investimento de baixo risco, conforme recomendado pelo BNDES no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Anexo V, "Investimentos Permitidos", com a seguinte composição: 84,10% em títulos públicos, 15,88% operações financeiras compromissadas e 0,02% em outros.

## 11 Ativo fiscal diferido

	Alíquota	30/09/2018	31/12/2017
Imposto de renda diferido	25%	173.516	169.094
Contribuição social diferida	9%	62.468	60.883
<b>Total</b>		<u>235.984</u>	<u>229.977</u>

Os saldos de ativo fiscal diferidos referem-se ao prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social. Com base na expectativa de lucros tributáveis futuros, a Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição diferidos sobre o prejuízo fiscal e a base de cálculo negativa, conforme demonstrados a seguir:

**a. Movimentação do ativo fiscal diferido**

Saldo em 31 de dezembro de 2016	6.436
Reconhecimento no período entre 01/01/2017 e 30/09/2017	<u>1.990</u>
<b>Saldo em 30 de setembro de 2017</b>	<b><u>8.426</u></b>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	229.977
Reconhecimento no período entre 01/01/2018 e 30/09/2018	<u>6.007</u>
<b>Saldo em 30 de setembro de 2018</b>	<b><u>235.984</u></b>

**b. Demonstrativo da base de cálculo**

	Aliquota	30/09/2018	30/09/2017
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>(17.640)</u>	<u>(5.907)</u>
Adições		1.560	515
Imposto de renda	25%	4.422	1.459
Contribuição social	9%	<u>1.585</u>	<u>531</u>
<b>Total</b>		<b><u>6.007</u></b>	<b><u>1.990</u></b>

**c. Expectativa de realização do crédito tributário**

O ativo registrado limita-se aos valores cuja realização é amparada por projeções de bases tributáveis futuras e suportadas pelas premissas do Plano de Negócios aprovadas pela Administração. Apresentamos a expectativa de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos em 30 de setembro de 2018 a seguir:

Exercícios	Total
2019	5.430
2020	2.938
2021	7.480
2022	11.883
2023	16.208
2024	22.685
2025	28.652
2026	33.626
2027	39.093
2028	45.343
2029	<u>22.646</u>
<b>Total</b>	<b><u>235.984</u></b>

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição. Os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

## 12 Imobilizado

### Movimentação do imobilizado em 2018

	Saldos em 31/12/2017	Adições	Depreciação	Transferências	Saldos em 30/09/2018
<b>Geração em curso</b>					
Terrenos	311.060	59.535	-	5.721	376.316
Edificações, obras e benfeitorias a ratear	1.230.556	70.368	-	22.2751	1.323.175
Reservatórios, barragens e adutoras a ratear	210.603	176.960	-	23.126	410.689
Máquinas e equipamentos a ratear	280.145	7.666	-	31.454	319.265
Veículos	-	278	-	-	278
Estudos de projetos a ratear	(a) 23.574	-	-	-	23.574
Adiantamentos a fornecedores	(b) 25.980	28.537	-	(43.961)	10.556
	<b>2.081.918</b>	<b>343.344</b>	<b>-</b>	<b>38.591</b>	<b>2.463.853</b>
Terrenos a pagar	(c) 11.324	-	-	(5.696)	5.628
Medições	(c) 25.471	31.198	-	(32.895)	23.774
Juros capitalizados	(d) 147.141	71.322	-	-	218.463
<b>Subtotal - Geração em curso</b>	<b>2.265.854</b>	<b>445.864</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.711.718</b>
<b>Em serviço</b>					
Máquinas e equipamentos	-	43	-	-	43
<b>Subtotal - Geração em serviço</b>	<b>-</b>	<b>43</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>43</b>
<b>Total geração</b>	<b>2.265.854</b>	<b>445.907</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.711.761</b>
<b>Administração</b>					
Em serviço	1.120	42	-	-	1.162
Depreciação acumulada	(540)	-	(159)	-	(699)
<b>Total administração</b>	<b>580</b>	<b>42</b>	<b>(159)</b>	<b>-</b>	<b>463</b>
<b>Total</b>	<b>2.266.434</b>	<b>445.949</b>	<b>(159)</b>	<b>-</b>	<b>2.712.224</b>
<b>(-) Provisão para redução do valor recuperável</b>	<b>(613.475)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(613.475)</b>
<b>Imobilizado líquido</b>	<b>1.652.959</b>	<b>445.949</b>	<b>(159)</b>	<b>-</b>	<b>2.098.749</b>

## Movimento do imobilizado em 2017

	Saldos em 31/12/2016	Adições	Ajustes	Depreciação	Transferências	Saldos em 31/12/2017
<b>Geração em curso</b>						
Terrenos	39.216	271.844	-	-	-	311.060
Edificações, obras e benfeitorias a ratear	902.841	240.363	-	-	87.352	1.230.556
Reservatórios, barragens e adutoras a ratear	46.341	133.045	-	-	31.217	210.603
Máquinas e equipamentos a ratear	144.967	51.120	-	-	84.058	280.145
Estudos de projetos a ratear	(a) 23.574	-	-	-	-	23.574
Adiantamentos Fatura Pro Forma	(b) 112.563	72.243	-	-	(158.826)	25.980
	<b>1.269.502</b>	<b>768.615</b>	-	-	<b>43.801</b>	<b>2.081.918</b>
Terrenos a pagar	(c) -	11.324	-	-	-	11.324
Medições	(c) 33.659	35.521	-	-	(43.709)	25.471
Adiantamentos a fornecedores	92	-	-	-	(92)	-
Juros capitalizados	(d) 95.188	69.726	(17.773)	-	-	147.141
<b>Total geração</b>	<b>1.398.441</b>	<b>885.186</b>	<b>(17.773)</b>	-	-	<b>2.265.854</b>
<b>Administração</b>						
Em serviço	863	257	-	-	-	1.120
Depreciação acumulada	(346)	-	-	(194)	-	(540)
<b>Total administração</b>	<b>517</b>	<b>257</b>	-	<b>(194)</b>	-	<b>580</b>
<b>Total</b>	<b>1.398.958</b>	<b>885.443</b>	<b>(17.773)</b>	<b>(194)</b>	-	<b>2.266.434</b>
<b>(-) Provisão para redução do valor recuperável</b>	-	<b>(613.475)</b>	-	-	-	<b>(613.475)</b>
<b>Imobilizado líquido</b>	<b>1.398.958</b>	<b>271.968</b>	<b>(17.773)</b>	<b>(194)</b>	-	<b>1.652.959</b>

A vida útil estimada e o método de depreciação seguem os critérios previstos nas Resoluções ANEEL nº 474, de 7 de fevereiro de 2012, e nº 674, de 11 de agosto de 2015. A Administração da Companhia entende que as estimativas de vidas úteis e os métodos de depreciação determinados pela ANEEL são adequados.

Em 30 de setembro de 2018, a Companhia não possuía bens penhorados ou bloqueados judicialmente.

- Referem-se, substancialmente, aos investimentos iniciais realizados nas fases de estudo, inventário e viabilidade realizados na UHE Sinop, considerados como custo da obra, estabelecidos no contrato de concessão, em consonância com as regras contábeis, societárias e regulatórias.
- Referem-se, substancialmente, aos adiantamentos de recursos aos principais fornecedores envolvidos na construção da UHE Sinop.
- As rubricas destinam-se aos reconhecimentos dos custos incorridos na construção e aquisições de terrenos da UHE Sinop, cujos pagamentos aos fornecedores/proprietários ainda não ocorreram. O reconhecimento do ativo é mensurado com base em laudos de engenharia e escrituras públicas.
- Referem-se, substancialmente, aos encargos sobre os financiamentos líquidos das receitas financeiras (CPC 20 - R1) incorridos na fase de construção da UHE Sinop.

O montante total de adições de imobilizado no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018 que não envolveram caixa foi de R\$ 103.248 (R\$ 96.898, em 31 de dezembro de 2017).

### Teste de recuperabilidade

Conforme orientações do CPC 01 - R1 (IAS 36), a Companhia, em decorrência dos atrasos nas obras, identificou a necessidade de testar o valor recuperável do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2017.

Para fins de teste, foi considerada a entidade como uma única Unidade Geradora de Caixa (UGC), sendo adotadas as seguintes premissas:

- (a) Tendo em vista a ausência de valor justo de venda do ativo, foi considerado o Valor em Uso.
- (b) Fluxo de caixa projetado de 33 anos que considera o prazo de concessão.
- (c) As receitas levaram em consideração o valor contratado atualizado pelo IPCA.
- (d) A taxa média anual de desconto utilizada em 31 de dezembro de 2017 no referido fluxo de caixa projetado foi de 9,29%.

O valor da provisão reconhecida no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$ 613.475.

### 13 Intangível

#### Movimentação do intangível em 2018

	Saldos em 31/12/2017	Adições (+)	Amortização (-)	Saldos em 30/09/2018
<b>Geração</b>				
Em curso - UBP (a)	25.555	844	-	26.399
<b>Total - Geração</b>	<b>25.555</b>	<b>844</b>	<b>-</b>	<b>26.399</b>
<b>Administração Central</b>				
Em serviço (b)	853	68	-	921
Amortização acumulada	(477)	-	(198)	(675)
<b>Total - Administração</b>	<b>376</b>	<b>68</b>	<b>(198)</b>	<b>246</b>
<b>Total</b>	<b>25.931</b>	<b>912</b>	<b>(198)</b>	<b>26.645</b>

#### Movimentação do intangível em 2017

	Saldos em 31/12/2016	Adições (+)	Amortização (-)	Ajustes	Saldos em 31/12/2017
<b>Geração</b>					
Em curso - UBP (a)	21.191	4.364	-	-	25.555
<b>Total - Geração</b>	<b>21.191</b>	<b>4.364</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>25.555</b>
<b>Administração Central</b>					
Em serviço (b)	990	91	-	(228)	853
Amortização acumulada	(481)	-	(224)	228	(477)
<b>Total - Administração</b>	<b>509</b>	<b>91</b>	<b>(224)</b>	<b>-</b>	<b>376</b>
<b>Total</b>	<b>21.700</b>	<b>4.455</b>	<b>(224)</b>	<b>-</b>	<b>25.931</b>

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

- (a) **Geração - Em curso - Utilização do Bem Público (UBP)**  
 Como pagamento pelo UBP, a Companhia recolherá à União parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual de R\$ 1.531. O início da amortização e o recolhimento da primeira parcela ocorreram a partir da operação comercial da primeira Unidade Geradora da UHE, atestada pela fiscalização da ANEEL, ou a partir do início da entrega da energia objeto de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado, o que ocorrer primeiro, até o 35º ano da Concessão.

O montante a ser pago será atualizado anualmente ou com a periodicidade que a lei permitir, utilizando o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A obrigação foi registrada no passivo circulante (R\$ 3.765, em 30 de setembro de 2018, e R\$ 1.882, em 31 de dezembro de 2017) e não circulante (R\$ 22.635, em 30 de setembro de 2018, e R\$ 23.674, em 31 de dezembro de 2017) em contrapartida ao intangível a valor presente descontado pela taxa de 11,14% a.a., decorrente da obtenção da Licença de Instalação do empreendimento. Os encargos sobre o correspondente passivo são capitalizados ao ativo intangível.

- (b) **Administração - Em serviço**  
 Saldo referente ao registro no intangível de *software*.

## 14 Fornecedores

	30/09/2018	31/12/2017
Fornecedores de serviços e materiais (a)	41.620	49.016
Compra de energia elétrica (b)	17.641	-
Fundiário (c)	5.628	12.601
Encargos de uso do sistema de transmissão (d)	-	5.636
Contas a pagar (e)	2.790	1.469
Adiantamentos de fornecedores (f)	938	-
Combustíveis (g)	334	-
Repasse aos assentados (h)	98	-
Compensação Acordo Bilateral (i)	-	23.265
	<b>69.049</b>	<b>91.987</b>

- (a) Referem-se aos materiais/serviços para o canteiro de obras e serviços prestados pelas empresas contratadas para as atividades da supressão vegetal.
- (b) Refere-se às obrigações oriundas da aquisição de energia elétrica no ACL.
- (c) Refere-se às propriedades negociadas com os títulos já registrados em cartório.
- (d) Referem-se a Encargos sobre o Uso do Sistema de Transmissão a partir de 1º de dezembro de 2017.
- (e) Referem-se a utilidades e demais contas a pagar com fornecedores às áreas administrativas.
- (f) Crédito indevido pendente de devolução à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).
- (g) Referem-se à aquisição de combustíveis para a frota própria de veículos operacionais.
- (h) Refere-se ao seguinte subcomponente do PBA: "Programa de Remanejamento aos Assentados".
- (i) Refere-se ao Termo de Ajuste Financeiro e Compensação de Acordo Bilateral dos CCEARs e Ônus do Contrato de Lastro de Energia com a Eletronorte.

## 15 Tributos e contribuições a recolher

	30/09/2018	31/12/2017
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) a recolher	72	117
INSS a recolher (a)	1.000	1.859
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) a recolher	545	148
Imposto de Renda (IR) a recolher	5	16
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre salários	160	347
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre serviços - PJ	195	443
Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN) a recolher (b)	863	1.875
PIS/COFINS e CSLL a recolher (c)	2.339	678
	<u>5.179</u>	<u>5.483</u>

- (a) Refere-se, substancialmente, ao INSS decorrente de serviços prestados pelas empresas especializadas, contratadas para as atividades da supressão vegetal e serviços prestados nas regiões de interferência do reservatório.
- (b) Refere-se, substancialmente, ao ISSQN decorrente de serviços prestados pela Construtora Triunfo S.A., principal construtora da UHE Sinop, relacionados à medição mensal e, ainda, aos serviços prestados pelas empresas especializadas, contratadas para as atividades da supressão vegetal e serviços prestados nas regiões de interferência do reservatório.
- (c) Refere-se, substancialmente, aos tributos decorrentes da venda de energia elétrica.

## 16 Obrigações trabalhistas

	30/09/2018	31/12/2017
Provisão de férias	1.284	1.466
Provisão de 13º salário	648	-
Encargos sobre provisão de férias	533	544
Encargos sobre provisão de 13º salário	238	-
Rescisões a pagar	4	-
	<u>2.707</u>	<u>2.010</u>

## 17 Financiamento BNDES

A Companhia, em 11 de agosto de 2016, contratou com o BNDES um crédito de R\$ 1.046.000 destinado à implantação da UHE Sinop e aos programas de investimentos sociais, objeto do Contrato de Concessão nº 01/2014-MME.

Esse financiamento é atualizado pelos juros e pelos encargos financeiros determinados no contrato incorridos até a data das informações contábeis intermediárias. Os referidos encargos são apropriados, líquidos das receitas geradas pelas aplicações financeiras, no ativo imobilizado, pois são decorrentes de financiamentos utilizados exclusivamente para aquisição de imobilizado em formação (Nota Explicativa nº 12).

**Composição do financiamento em 30 de setembro de 2018**

	Encargos	Principal	Encargos da dívida	Custo incremental	Total
<b>Circulante:</b>					
Subcrédito A	2,88% a.a.	55.343	-	(219)	55.124
Atualização	TJLP	-	20.308	-	20.308
		<u>55.343</u>	<u>20.308</u>	<u>(219)</u>	<u>75.432</u>
<b>Não circulante:</b>					
Subcrédito A	2,88% a.a.	819.082	-	(18.853)	800.229
Atualização	TJLP	-	115.602	-	115.602
		<u>819.082</u>	<u>115.602</u>	<u>(18.853)</u>	<u>915.831</u>
<b>Total do financiamento</b>		<u><u>874.425</u></u>	<u><u>135.910</u></u>	<u><u>(19.072)</u></u>	<u><u>991.263</u></u>

**Movimentação do financiamento em 30 de setembro de 2018**

	Saldo em 31/12/2017	Adições	Baixas	Transf.	Encargos da dívida	Custo incremental	Saldo em 30/09/2018
<b>Circulante:</b>							
Subcrédito A	19.976	-	(10.935)	45.382	-	701	55.124
Atualização	2.316	-	(23.991)	41.983	-	-	20.308
	<u>22.292</u>	<u>-</u>	<u>(34.926)</u>	<u>87.365</u>	<u>-</u>	<u>701</u>	<u>75.432</u>
<b>Não circulante:</b>							
Subcrédito A	797.039	49.500	-	(45.382)	-	(929)	800.228
Atualização	90.325	-	-	(41.983)	67.261	-	115.603
	<u>887.364</u>	<u>49.500</u>	<u>-</u>	<u>(87.365)</u>	<u>67.261</u>	<u>(929)</u>	<u>915.831</u>
<b>Total do financiamento</b>	<u><u>909.656</u></u>	<u><u>49.500</u></u>	<u><u>(34.926)</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>67.261</u></u>	<u><u>(228)</u></u>	<u><u>991.263</u></u>

**Movimentação do custo incremental em 2018**

Saldo em 31/12/2017	Adição	Amortização	Saldo em 30/09/2018
18.845	929	701	19.073

**Movimentação do custo incremental em 2017**

Saldo em 31/12/2016	Adição	Amortização	Saldo em 31/12/2017
17.580	2.096	831	18.845

**Encargos financeiros adicionados ao imobilizado**

	30/09/2018	31/12/2017
Amortização do custo incremental	701	831
Encargos totais da dívida	67.261	76.663
Rendimento da aplicação financeira	(1.429)	(7.961)
	<u>66.533</u>	<u>69.533</u>

**Composição do financiamento em 31 de dezembro de 2017**

	Encargos	Principal	Encargos da dívida	Custo incremental	Total
<b>Circulante:</b>					
Subcrédito A	2,88% a.a.	20.897	-	(921)	19.976
Atualização	TJLP	-	2.316	-	2.316
		<u>20.897</u>	<u>2.316</u>	<u>(921)</u>	<u>22.292</u>
<b>Não circulante:</b>					
Subcrédito A	2,88% a.a.	814.963	-	(17.924)	797.039
Atualização	TJLP	-	90.325	-	90.325
		<u>814.963</u>	<u>90.325</u>	<u>(17.924)</u>	<u>887.364</u>
<b>Total do financiamento</b>		<u>835.860</u>	<u>92.641</u>	<u>(18.845)</u>	<u>909.656</u>

O saldo do contrato de financiamento com o BNDES está dividido em três subcréditos (“A”, “B” e “D”). As parcelas, compostas de principal e juros, serão amortizadas em 240 prestações mensais: a primeira com vencimento em 15 de julho de 2018 e a última em 15 de junho de 2038.

Em função da definição da garantia física em 242,8 MW médios pelo Ministério de Minas e Energia, através da Portaria nº 2, de 8 de janeiro de 2018, a Companhia deixou de ter o direito de captar os recursos do subcrédito “C”, no valor de R\$ 28.000, conforme a Cláusula 17ª - “Condições de Liberação da Colaboração Financeira”, o que havia estabelecido um patamar mínimo de garantia física de 243,9 MW médios.

Subcréditos	Valor	Juros	Destino
A	970.000	2,88% a.a. + TJLP	Investimentos na UHE Sinop
B	43.000	2,88% a.a. + TJLP	Investimentos na UHE Sinop
D	<u>5.000</u>	TJLP	Implantação de projetos e programas de investimentos sociais da Companhia
<b>Total</b>	<u>1.018.000</u>		

O restante da liberação dos subcréditos está previsto para ocorrer nas datas a seguir em função do cronograma de operacionalização do projeto e da realização dos programas de investimentos sociais:

Período	Subcréditos			Total
	A	B	D	Total
Dez/18	-	-	1.430	1.430
Jan/19	50.000	-	1.340	51.340
Mar/19	34.640	43.000	1.300	78.940
Jun/19	-	-	740	740
Set/19	-	-	50	50
Dez/19	-	-	50	50
Mar/20	-	-	50	50
Jun/20	-	-	40	40
<b>Total</b>	<b>84.640</b>	<b>43.000</b>	<b>5.000</b>	<b>132.640</b>

#### Demonstrativo do saldo do financiamento por ano (principal + juros)

Exercícios	Total
2018	24.656
2019	49.569
2020	49.569
2021	49.569
2022	49.569
2023	49.569
2024	49.569
Após 2024	669.193
	<b>991.263</b>

#### Garantias e cláusulas restritivas

As principais garantias da operação constituem:

- (i) Cessão da totalidade dos direitos creditórios de que a Companhia é titular decorrentes do Contrato de Concessão em favor do BNDES, em caráter irrevogável e irretratável, até o final da liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento.
- (ii) Penhor, em caráter irrevogável e irretratável, até a final liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento, da totalidade das ações da Sinop Energia detidas pelos atuais Controladores da Companhia em favor do BNDES.
- (iii) Cessão pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF e Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte dos direitos creditórios de que é titular, relativos à comercialização no Ambiente Regulado e/ou no Ambiente Livre da energia produzida por usinas hidroelétricas cujas concessões são detidas por estas, relacionados nos respectivos contratos de cessão fiduciária de direitos creditórios celebrados individualmente entre cada acionista mencionado acima e o BNDES.

- (iv) Fiança corporativa do acionista da Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A. (EDFNF) e do controlador final Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS de todas as obrigações assumidas, sendo a responsabilidade de cada fiador em relação a qualquer demanda de pagamento feita pelo BNDES, relativamente ao saldo da dívida, sempre limitada às seguintes proporções: EDFNF: 51% e ELETROBRAS: 49%, em que as fianças serão dispensadas pelo BNDES, após 31 de dezembro de 2019, caso sejam cumpridas, cumulativamente, as condições previstas na Cláusula 19ª (Conclusão Física e Financeira) do contrato de financiamento. Adicionalmente, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 10, o contrato de financiamento com o BNDES também determina a criação de Conta Reserva.

O contrato de financiamento com o BNDES possui duas cláusulas restritivas compostas por índices financeiros (*covenants*): (i) Índice de Capital Próprio (ICP) - Patrimônio Líquido/Ativo Total; e (ii) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) - LAJIDA menos imposto de renda e contribuição social/Amortização de principal e pagamento de juros. Adicionalmente, o contrato de financiamento com o BNDES determina que o ICP e o ICSD deverão ser calculados e apresentados, anualmente, até o primeiro dia útil de maio de cada ano civil, nas notas explicativas das demonstrações financeiras anuais relativas ao exercício anterior, auditadas por auditor independente cadastrado na Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

#### ***Índice de Capital Próprio (ICP)***

O contrato de financiamento com o BNDES determina a manutenção, durante todo o período de amortização do financiamento, de Índice de Capital Próprio igual ou superior a 20% (vinte por cento). Em 31 de dezembro de 2017 e 30 de setembro de 2018, a Companhia apresentava ICP de 52% e 48%, respectivamente.

#### ***Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)***

O contrato de financiamento com o BNDES requer que a Companhia apure e informe o ICSD anualmente, conforme o prazo e os termos mencionados acima. Caso o ICSD seja inferior a 1,2 (um inteiro e dois décimos): (i) a Companhia não poderá realizar, sem prévia e expressa autorização do BNDES, a distribuição de dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio, cujo valor, isoladamente ou em conjunto, supere 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício anterior; e (ii) não atingirá todas as condições prévias necessárias para a liberação da fiança corporativa. Em 31 de dezembro de 2017, visto que a Companhia não amortizava principal ou pagava juros, o cálculo do ICSD resultou em um número indefinido. Em 30 de setembro de 2018, a Companhia apresentou ICSD de (0,89).

O contrato possui cláusulas restritivas (*covenants*) atreladas a condições operacionais e a Companhia vem cumprindo com os *covenants* na data-base das informações contábeis intermediárias, bem como acompanha estes e outros *covenants* qualitativos, os quais foram atendidos em 30 de setembro de 2018.

## **18 Debêntures**

### **Características**

Em 16 de maio de 2018, a Sinop Energia realizou a segunda emissão no mercado de 236.000 (duzentas e trinta e seis mil) debêntures simples, não conversíveis e não permutáveis em ações, da espécie com garantia real e adicional fidejussória, em série única, nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos do disposto na Instrução CVM nº 476, com valor nominal de R\$ 1 (um

mil reais), perfazendo o valor total de R\$ 236.000. A integralização das debêntures foi realizada à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional, pelo preço da subscrição das debêntures, de acordo com as normas de liquidação e procedimentos aplicáveis da B3, a partir da data de início da distribuição das debêntures. O resultado do processo do Bookbuilding permitiu a emissão das debêntures com a taxa final de IPCA + 7,9461%. A totalidade dos recursos obtidos, no montante de R\$ 223.739, líquidos dos custos de captação, destinaram-se à construção da UHE Sinop.

As principais condições da emissão são estas:

Emissão	Quantidade	Remuneração	Pagamento	Vencimento	Garantia
2ª Emissão - Série única	236.000	IPCA + 7,9461%	Pagamentos semestrais a partir de 12/2019	06/2032	Garantia real e fidejussória

#### Amortização do valor nominal atualizado

O valor nominal atualizado será amortizado em 14 (quatorze) parcelas, sendo a primeira parcela devida em 15 de dezembro de 2019 e a última em 15 de junho de 2032, conforme cronograma abaixo, ressalvada a hipótese de vencimento antecipada da totalidade das debêntures:

Vencimentos	Valores
2019	5.741
2020	574
2021	2.145
2022	5.366
2023	8.739
A partir de 2024	207.082
<b>Total</b>	<b>229.647</b>

#### Período de capitalização, capitalização e periodicidade de pagamentos dos juros remuneratórios

O período de capitalização das debêntures será o intervalo de tempo que se inicia na data da subscrição ou na data de incorporação imediatamente anterior ou na data de pagamento de juros remuneratórios imediatamente anterior no caso dos demais períodos de capitalização das debêntures e termina na data de incorporação ou data de pagamento de juros remuneratórios correspondente ao período em questão.

Os juros remuneratórios serão pagos semestralmente, em que: (i) os juros remuneratórios calculados no período compreendido entre a data de subscrição e o dia 15 (quinze) de junho de 2019 (exclusive) serão integralmente capitalizados e incorporados ao valor nominal atualizado em 15 (quinze) de junho de 2019 (“data de incorporação”); (ii) o primeiro pagamento de juros remuneratórios será realizado em 15 de dezembro de 2019; e (iii) os demais pagamentos de juros remuneratórios ocorrerão sucessivamente, sempre no dia 15 (quinze) dos meses de junho e dezembro, sendo o último pagamento realizado na data de vencimento, 15 de junho de 2032.

### Garantias e cláusulas restritivas

As principais garantias da emissão constituem:

- (i) Compartilhamento de garantias detidas pelo BNDES.
- (ii) Fiança corporativa dos atuais acionistas controladores de todas as obrigações assumidas, sendo a responsabilidade de cada fiador em relação a qualquer demanda, sempre limitada às seguintes proporções: CHESF: 24,5%; EDFNF: 51%; e Eletronorte: 24,5%, em que as fianças serão dispensadas, caso sejam cumpridas, cumulativamente, as condições previstas na Cláusula 3.9.1.4 (*Completion* Físico e Financeiro do Projeto). Para maiores detalhes, consulte o Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição da Companhia, disponível no sítio na rede mundial de computadores da Comissão de Valores Mobiliários e, ainda, o *site* de Relações com Investidores da Sinop Energia.

O contrato possui cláusulas restritivas (*covenants*) atreladas a condições operacionais e a Companhia vem cumprindo com os *covenants* na data-base das informações contábeis intermediárias, bem como acompanha estes e os *covenants* qualitativos, os quais foram atendidos em 30 de setembro de 2018.

### Composição do financiamento em 30 de setembro de 2018

	Encargos	Principal	Encargos da dívida	Custo incremental	Total
<b>Circulante:</b>					
Debêntures	IPCA +	5.900	-	(342)	5.558
Atualização	7,9461%	-	142	-	142
		<b>5.900</b>	<b>142</b>	<b>(342)</b>	<b>5.700</b>
<b>Não circulante:</b>					
Debêntures	IPCA +	230.100	-	(11.703)	218.397
Atualização	7,9461%	-	5.550	-	5.550
		<b>230.100</b>	<b>5.550</b>	<b>(11.703)</b>	<b>223.947</b>
<b>Total do financiamento</b>		<b>236.000</b>	<b>5.692</b>	<b>(12.045)</b>	<b>229.647</b>

**Movimentação do financiamento em 30 de setembro de 2018**

	Saldo em 31/12/2017	Adições	Transf.	Encargos da dívida	Custo incremental	Saldo em 30/09/2018
<b>Circulante:</b>						
Debêntures	-	-	5.900	-	(342)	5.558
Atualização	-	-	-	142	-	142
	-	-	<b>5.900</b>	<b>142</b>	<b>(342)</b>	<b>5.700</b>
<b>Não circulante:</b>						
Debêntures	-	236.000	(5.900)	-	(11.703)	218.397
Atualização	-	-	-	5.550	-	5.550
	-	<b>236.000</b>	<b>(5.900)</b>	<b>5.550</b>	<b>(11.703)</b>	<b>223.947</b>
<b>Total do financiamento</b>	<b>-</b>	<b>236.000</b>	<b>-</b>	<b>5.692</b>	<b>(12.045)</b>	<b>229.647</b>

**Composição do custo incremental**

Saldo em 31/12/2017	Adição	Amortização	Saldo em 30/09/2018
-	12.261	216	12.045

**Encargos financeiros adicionados ao imobilizado em 2018**

Amortização do custo incremental	216
Encargos totais da dívida	5.692
Rendimento da aplicação financeira	(1.120)
	<b>4.788</b>

**19 Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas**

A Companhia discute temas que, na opinião de seus assessores legais, têm a probabilidade classificada como “possível” e, conseqüentemente, não há provisionamento de valores em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Em 30 de setembro de 2018, o valor envolvido estimado para todas as ações judiciais e administrativas é de R\$ 48.289 (R\$ 14.405 em 31 de dezembro de 2017), tais como: processos trabalhistas (envolvendo contratação de empresas terceirizadas e a Companhia figurada no polo passivo como litisconsorte e eventual possibilidade de condenação solidária ou subsidiária) e regulatórios/ambientais — Ação Civil Pública (ACP) —, tendo em vista que as ACPs questionam apenas o licenciamento do EIA/RIMA.

Nesse sentido, os valores envolvidos dependerão das apurações de eventuais danos, que poderão ser caracterizados pelo juiz em sentença em caso de procedência da ação, além de estarem sujeitos à confirmação pelas demais instâncias judiciais, e deverão ser liquidados e quantificados em sede e momento oportunos, não estando necessariamente vinculados ao valor dado à causa.

A seguir, estão demonstradas as contingências classificadas com probabilidade “possível”:

### Movimentação em 2018

	31/12/2017	Adições	Pagamentos/ baixas	30/09/2018
Trabalhistas (a)	1.960	1.216	(674)	2.501
Cíveis e outras (b)	12.445	36.510	(2.167)	46.788
<b>Total</b>	<b>14.405</b>	<b>37.726</b>	<b>(2.841)</b>	<b>49.289</b>

### Movimentação em 2017

	31/12/2017	Adições	Pagamentos/ baixas	30/09/2018
Trabalhistas (a)	466	1.494	-	1.960
Cíveis e outras (b)	1.210	8.855	-	12.445
<b>Total</b>	<b>1.676</b>	<b>12.729</b>	<b>-</b>	<b>14.405</b>

(a) **Trabalhistas**

As contingências trabalhistas classificadas como possível de maior relevância avaliadas pela Companhia estão relacionadas ao reconhecimento de vínculo empregatício, verbas rescisórias e seus reflexos, horas extraordinárias e seus reflexos, horas *in itinere*, indenização por dano moral decorrente do pagamento incorreto das verbas rescisórias e multas dos arts. 467 e 477 da CLT.

(b) **Cíveis e outras**

A contingência cível classificada como possível de maior relevância para a Companhia refere-se a duas ações civis públicas:

- (i) ação civil pública na qual o Ministério Público Federal (MPF) alega irregularidade no Processo de Licenciamento da UHE Sinop e assevera que seriam nulas as Licenças de Instalação expedidas pela SEMA/MT, uma vez que teriam sido emitidas sem que as condicionantes da Licença Prévia nº 301901/2012 fossem cumpridas.

Embora concedida a liminar na ação para suspender o licenciamento ambiental da UHE Sinop, tal decisão foi suspensa por decisão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região em sede de Agravo de Instrumento, bem como em sede de Suspensão de Liminar. É importante ressaltar que a Suspensão de Liminar possui eficácia até o trânsito em julgado da decisão do mérito do caso.

- (ii) Ação Civil Pública n. 1000465-52.2018.401.3603 em que o Ministério Público Federal questiona o pagamento da indenização para parte dos imóveis adquiridos para fins de implantação do empreendimento, com perda possível e risco estimado em R\$ 32.000.

## 20 Capital social

Em 30 de setembro de 2018, o valor total de capital social integralizado é de R\$ 1.694.200 (R\$ 1.550.200, em 31 de dezembro de 2017), que compreende 1.694.200.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal. O capital social autorizado da Companhia em 30 de setembro de 2018 é de R\$ 1.880.136.449 (R\$ 1.880.136.449 em 31 de dezembro de 2017), até o limite de 1.880.136.449 ações ordinárias.

**Companhia Energética Sinop S.A. (pré-operacional)**  
**Informações contábeis intermediárias**  
**em 30 de setembro de 2018**

A estrutura societária da Companhia está assim representada, em 30 de setembro de 2018:

<b>Acionistas</b>	<b>Subscrito e integralizado</b>	<b>Autorizado</b>	<b>Participação</b>
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte	415.079	460.633	24,5%
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF	415.079	460.633	24,5%
Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A.	864.042	958.870	51,0%
	<b>1.694.200</b>	<b>1.880.136</b>	<b>100,0%</b>

A estrutura societária da Companhia foi assim representada, em 31 de dezembro de 2017:

<b>Acionistas</b>	<b>Subscrito e integralizado</b>	<b>Autorizado</b>	<b>Participação</b>
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte	379.799	460.633	24,5%
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF	379.799	460.633	24,5%
Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A.	790.602	958.870	51,0%
	<b>1.550.200</b>	<b>1.880.136</b>	<b>100,0%</b>

Em 24 de janeiro de 2018, foram integralizados em capital o valor de R\$ 64.000 em moeda corrente.

Em 23 de fevereiro de 2018, foram integralizados em capital o valor de R\$ 80.000 em moeda corrente.

**a. Prejuízo por ação**

O cálculo do prejuízo básico por ação foi baseado no prejuízo atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação.

	<b>Períodos de três meses findos em</b>		<b>Períodos de nove meses findos em</b>	
	<b>30/09/2018</b>	<b>30/09/2017</b>	<b>30/09/2018</b>	<b>30/09/2017</b>
Prejuízo atribuído aos detentores de ações ordinárias	(10.196)	(783)	(460.818)	(4.223)
Média ponderada de ações ordinárias em circulação	1.694.200	1.301.133	1.685.311	1.115.711
Prejuízo por ação (básico) - R\$	(0,00602)	(0,00060)	(0,27343)	(0,00379)
Prejuízo por ação (diluído) - R\$	(0,00602)	(0,00060)	(0,27343)	(0,00379)

Em 30 de setembro de 2018 e 2017, o prejuízo por ação diluído representa o mesmo montante que o básico, uma vez que a Companhia não possui instrumentos diluidores emitidos nos exercícios de 2018 e 2017.

## 21 Receitas com comercialização de energia elétrica

	Períodos de três meses findos em		Períodos de nove meses findos em	
	30/09/2018	30/09/2017	30/09/2018	30/09/2017
Receita com venda de energia elétrica	58.608	-	94.280	-
PIS sobre venda de energia elétrica	(967)	-	(1.556)	-
COFINS sobre venda de energia elétrica	(4.454)	-	(7.165)	-
	<u>53.187</u>	<u>-</u>	<u>85.559</u>	<u>-</u>

Refere-se à comercialização de energia elétrica no ACL, no montante de 562.590,60 MWh ao preço médio de R\$ 167,58 MWh.

Devido ao excludente de responsabilidade emitido pela ANEEL em janeiro de 2018, a Companhia está revendendo a mesma quantidade de energia comprada da Eletronorte para a Principal Comercializadora de Energia.

## 22 Outras receitas

	Períodos de três meses findos em		Períodos de nove meses findos em	
	30/09/2018	30/09/2017	30/09/2018	30/09/2017
Receitas com prêmio (a)	-	-	8.772	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>8.772</u>	<u>-</u>

(a) Prêmio recebido pela descontratação da compra de energia elétrica no período.

## 23 Custos com comercialização de energia elétrica

	Períodos de três meses findos em		Períodos de nove meses findos em	
	30/09/2018	30/09/2017	30/09/2018	30/09/2017
Energia elétrica comprada para revenda	(49.955)	-	(90.054)	-
	<u>(49.955)</u>	<u>-</u>	<u>(90.054)</u>	<u>-</u>

Refere-se à aquisição de energia elétrica no ACL, no montante de 562.590,60 MWh ao preço médio de R\$ 189,23 MWh, e ao prêmio por descontratação de energia elétrica no período, deduzidos os tributos sobre o faturamento (PIS e COFINS).

Por precaução, foi contratada a compra de energia elétrica com a Eletronorte para cumprimento dos CCEARs em outubro de 2017.

## 24 Encargos de uso da rede elétrica

	Períodos de três meses findos em		Períodos de nove meses findos em	
	30/09/2018	30/09/2017	30/09/2018	30/09/2017
Encargos de uso da rede elétrica	17.075	-	(576)	-
	<u>17.075</u>	<u>-</u>	<u>(576)</u>	<u>-</u>

Encargos pelo Uso do Sistema de Transmissão pagos entre janeiro a junho de 2018 subsequentemente determinados indevidos conforme Ofício nº 43/2008-SRT/SCG/ANEEL. Este saldo será compensado mensalmente a partir do início da atividade de geração de energia elétrica até a realização total do crédito. Em 31 de julho de 2018, com base no estipulado pelo Ofício nº 43/2008-SRT/SCG/ANEEL citado acima, a Companhia reclassificou R\$ 18.473 para o Ativo Circulante - Despesas antecipadas (Nota Explicativa nº 9).

## 25 Outros custos

	Períodos de três meses findos em		Períodos de nove meses findos em	
	30/09/2018	30/09/2017	30/09/2018	30/09/2017
Despesas com prêmio (a)	-	-	(7.465)	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(7.465)</u>	<u>-</u>

(a) Prêmio pago pela desconstrução da compra de energia elétrica no período.

## 26 Pessoal, encargos e benefícios

	Períodos de três meses findos em		Períodos de nove meses findos em	
	30/09/2018	30/09/2017	30/09/2018	30/09/2017
Remuneração de empregados	(1.346)	(1.284)	(4.814)	(3.636)
Encargos trabalhistas	(444)	(412)	(1.291)	(1.183)
Benefícios a empregados	(310)	(261)	(888)	(880)
	<u>(2.100)</u>	<u>(1.957)</u>	<u>(6.993)</u>	<u>(5.699)</u>

## 27 Serviços de terceiros

	Períodos de três meses findos em		Períodos de nove meses findos em	
	30/09/2018	30/09/2017	30/09/2018	30/09/2017
Consultorias, honorários advocatícios e contábeis	(3.354)	(1.086)	(8.365)	(2.284)
Telefonia, Internet, água e energia elétrica	(83)	(70)	(266)	(186)
Manutenção e instalação de equipamentos e sistema ERP	(166)	(136)	(507)	(421)
Monitoramento e vigilância	(29)	(39)	(221)	(263)
Transportes	(13)	(10)	(34)	(32)
Outros	(110)	(74)	(289)	(239)
	<u>(3.755)</u>	<u>(1.415)</u>	<u>(9.682)</u>	<u>(3.425)</u>

## 28 Resultado financeiro

	Períodos de três meses findos em		Períodos de nove meses findos em	
	30/09/2018	30/09/2017	30/09/2018	30/09/2017
<b>Receitas financeiras</b>				
Renda de aplicações financeiras (a)	1.585	2.624	5.347	5.460
Provisão não realizada (b)	-	377	-	377
Descontos obtidos	36	6	62	11
Variações monetárias	-	-	-	13
<b>Subtotal</b>	<b>1.621</b>	<b>3.007</b>	<b>5.409</b>	<b>5.861</b>
<b>Despesas financeiras</b>				
IOF (c)	17	(113)	(54)	(336)
Juros e multas	-	-	(369)	(16)
Outras despesas financeiras	(35)	(1)	(50)	(2)
<b>Subtotal</b>	<b>(18)</b>	<b>(114)</b>	<b>(473)</b>	<b>(354)</b>
	<b>1.603</b>	<b>2.893</b>	<b>4.936</b>	<b>5.507</b>

- (a) Os rendimentos provenientes dos aportes do BNDES foram deduzidos dos custos de empréstimos capitalizados durante o exercício em que as atividades relacionadas foram executadas, conforme disciplinam os CPCs 20 (R1) e 27.
- (b) Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia provisionou R\$ 377, referentes ao IOF sobre as aplicações financeiras, no entanto o saldo permaneceu aplicado por mais de 30 dias, revertendo o total da provisão em 2017.
- (c) Em 30 de setembro de 2018 e 2017, o montante de IOF pago pela Companhia originou-se de aplicações financeiras que permaneceram investidas por menos de 30 dias.

## 29 Partes relacionadas

Em 30 de setembro de 2018 e 2017, a Companhia possuía como partes relacionadas administradores e controladores.

- Os administradores da Companhia são os membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal, devidamente eleitos em Assembleia Geral, e, ainda, os diretores estatutários eleitos pelo Conselho de Administração. A composição detalhada do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria estatutária está disponível para consulta no Formulário de Referência da Companhia, devidamente protocolado no *site* da Comissão de Valores Mobiliários, e, ainda, no *site* de Relações com Investidores da Companhia.
- Os controladores da Companhia são: Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A. (UTNF), Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF e Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte; e a Electricité de France Internacional (EDFI) e a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (ELETROBRAS) são controladoras finais.
- A Usina Termelétrica Paracambi Ltda. ("Paracambi") é subsidiária integral do controlador da Companhia Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A.

## Controladores

		30/09/2018			31/12/2017		
Empresas	Natureza da operação	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Paracambi	Serviços (a)	-	2.101	(3.899)	-	-	-
	<b>Total</b>	-	<b>2.101</b>	<b>(3.899)</b>	-	-	-
UTNF	Serviços (b)	447	96	(1.228)	480	79	(410)
	<b>Total</b>	<b>447</b>	<b>96</b>	<b>(1.228)</b>	<b>480</b>	<b>79</b>	<b>(410)</b>
CHESF	Adiantamento EUST (c)	2.659	-	-	-	222	(222)
	Acordo bilateral (d)	-	-	(721)	-	-	-
	<b>Total</b>	<b>2.659</b>	-	<b>(721)</b>	-	<b>222</b>	<b>(222)</b>
Eletronorte	Adiantamento EUST (c)	1.698	-	-	-	135	(135)
	Acordo bilateral (d)	-	-	(721)	-	4.733	(4.733)
	Reserva não contratada (e)	-	-	(7.465)	-	-	-
	Compra de energia (f)	-	17.641	(106.459)	-	-	-
<b>Total</b>	<b>1.698</b>	<b>17.641</b>	<b>(114.645)</b>	-	<b>4.868</b>	<b>(4.868)</b>	
<b>Total geral</b>	<b>4.804</b>	<b>19.838</b>	<b>(120.493)</b>	<b>480</b>	<b>5.169</b>	<b>(5.500)</b>	

- (a) Prestação de serviços de operação e manutenção da UHE Sinop e instalações associadas.
- (b) Prestação de serviços de gestão da UHE Sinop por recursos humanos cedidos à Companhia pela UTNF.
- (c) Encargos pelo Uso do Sistema de Transmissão, subsequentemente considerados indevidos conforme o disposto no Ofício nº 43/2008-SRT/SCG/ANEEL.
- (d) Prêmio por desconstrução de energia elétrica por meio de CCEAR.
- (e) Prêmio mensal por desconstrução de energia elétrica no ACL.
- (f) Compra de energia elétrica no ACL.

### Remuneração da Administração

De acordo com o art. 17º do Estatuto Social da Companhia, compete à Assembleia Geral de Acionistas definir a remuneração global dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e dos membros do Conselho Fiscal. A remuneração global da Administração e dos membros do Conselho Fiscal para o exercício de 2018 foi determinada em Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 27 de abril de 2018.

	Períodos de três meses findos em		Períodos de nove meses findos em	
	30/09/2018	30/09/2017	30/09/2018	30/09/2017
Remuneração do Conselho de Administração e diretores (a)	(359)	(470)	(1.980)	(1.275)
Encargos trabalhistas e sociais do Conselho de Administração e diretores (b)	(187)	(212)	(555)	(674)
Benefício do Conselho de Administração e diretores (c)	(68)	(81)	(222)	(353)
Remuneração do Conselho Fiscal (d)	(61)	(33)	(128)	(109)
	<b>(675)</b>	<b>(796)</b>	<b>(2.885)</b>	<b>(2.411)</b>

- (a) Composta por ordenados e salários.  
 (b) Provisão de férias, 13º salários e respectivos encargos sociais.  
 (c) Composto por benefícios concedidos, tais como assistência médica, entre outros.  
 (d) Composta por ordenados e salários.

### 30 Gestão de riscos dos instrumentos financeiros

#### Instrumentos financeiros

Em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a Companhia não mantinha contrato envolvendo operações com instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos financeiros não derivativos estão representados pelas rubricas “Caixa e equivalentes de caixa”, “Aplicações financeiras”, “Adiantamento a fornecedores”, “Fornecedores”, “Fundos vinculados” e demais passivos financeiros. Seus valores contábeis encontram-se próximos aos respectivos valores justos na data-base das informações financeiras.

#### Estimativa do valor justo

Os saldos de contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil encontram-se próximos aos seus valores justos.

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

(Circulante/Não circulante)	30/09/2018					31/12/2017			
	Nota	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
<b>ATIVOS FINANCEIROS</b>									
Mensurados a valor justo por meio do resultado									
Títulos e valores mobiliários	5 e 6	79.254	-	-	79.254	216.130	-	-	216.130
Fundos vinculados	10	49.844	-	-	49.844	-	-	-	-
		<b>129.098</b>	-	-	<b>129.098</b>	<b>216.130</b>	-	-	<b>216.130</b>
<b>PASSIVOS FINANCEIROS</b>									
Mensurados a valor justo por meio do resultado									
Fornecedores e encargos setoriais	14	69.049	-	-	69.049	91.987	-	-	91.987
Empréstimos e financiamentos	17 e 18	1.220.910	-	-	1.220.910	909.656	-	-	909.656
		<b>1.289.959</b>	-	-	<b>1.289.959</b>	<b>1.001.643</b>	-	-	<b>1.001.643</b>

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo foram classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração.
- Nível 2 - Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo.
- Nível 3 - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível, a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

### **Gestão de riscos**

A Companhia encontra-se em fase pré-operacional, e os riscos inerentes à sua fase atual podem ser assim identificados:

#### ***Gestão do risco de capital***

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de perseguir uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. As aquisições e vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e debêntures (contemplando as dívidas de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

	Nota	30/09/2018	31/12/2017
Financiamentos, empréstimos e debêntures	17 e 18	1.220.910	909.656
(-) Caixa e equivalentes de caixa	5 e 6	(79.254)	(216.130)
<b>Dívida líquida</b>		<b>1.141.656</b>	<b>693.526</b>
Patrimônio líquido		1.233.382	1.101.015
<b>Total do capital</b>		<b>2.375.038</b>	<b>1.794.541</b>
<b>Índice de alavancagem financeira</b>		<b>48%</b>	<b>39%</b>

#### ***Risco de crédito***

Por estar em período pré-operacional, a Sinop Energia não depende dos recebíveis de sua carteira de clientes nesse momento. Contudo, a Companhia está exposta a riscos de crédito associados à sua carteira de numerários mantidos com instituições financeiras.

A Administração tem política de gestão financeira que limita determinadas exposições ao risco de crédito e cuja exposição é monitorada individual e coletivamente, levando em consideração a solidez financeira da contraparte. A Administração também se utiliza de conhecimento, informações e experiências de mercado para assumir determinadas posições de risco de crédito. Adicionalmente, a Companhia mantém suas aplicações financeiras concentradas no Banco do Brasil, no Banco ABC Brasil e no Bradesco.

A Companhia possui aplicações CDB-DI e fundos de investimento de renda fixa de baixo risco no Bradesco e no Banco ABC Brasil. Não há valores mínimos ou máximos para movimentação e permanência nem há carência para o resgate. A Companhia mantém duas carteiras de Fundos de aplicação do Bradesco e está composta da seguinte forma: (i) 17,59% em títulos públicos; 37,21% em Créditos Bancários; 23,44% em Créditos Corporativos; e 2,83% em outros, para os fundos de negociações livres; e (ii) para os fundos permitidos pelo BNDES a carteira é composta da seguinte forma: 71,19% em títulos públicos; e 28,81% em operações financeiras compromissadas (Notas Explicativas nºs 6 e 10).

Não é identificado, no momento, nenhum indício de *impairment* na sua carteira de ativos exposta ao risco de crédito, representada substancialmente pelos numerários mantidos com instituições financeiras (Notas Explicativas nºs 5 e 6).

#### **Risco de preço**

As receitas da Companhia, quando do início de suas operações comerciais, serão, nos termos do contrato de concessão e contratos CCEARs, reajustadas anualmente pela variação do IPCA.

#### **Risco de taxa de juros**

A Companhia está limitada aos efeitos da volatilidade de indexadores de preços e moeda no seu fluxo de caixa esperado, uma vez que, aproximadamente, 75% de seus compromissos contratuais representados pelo financiamento com o BNDES estão atrelados ao índice da TJLP e 100% de seus contratos de venda de energia futura estão comercializados no Ambiente de Comercialização Regulado atrelados ao IPCA.

No que tange ao risco de taxas de juros de seus contratos de financiamento, a Companhia contratou os empréstimos para financiamento do projeto com as seguintes condições:

- (a) BNDES: prazo de 20 (vinte) anos, com os juros baseados na TJLP + 2,88% a.a.
- (b) Banco ABC Brasil: prazo de 14 (quatorze) anos, com os juros baseados no IPCA + 7,9461% a.a.
- (c) As condições desses financiamentos estão atreladas a juros prefixados, tornando o passivo financeiro da Companhia pouco exposto às oscilações (volatilidade) de taxas de juros de mercado.

#### **Risco de liquidez**

Os objetivos da Companhia, ao administrar seu capital, são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal que proporcione a maximização da criação de valor para os acionistas. Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. O detalhamento da dívida e dos prazos de financiamento de longo prazo da Companhia perante o BNDES e seus debenturistas está evidenciado na Nota Explicativa nº 17 e Nota Explicativa nº 18, respectivamente.

A Companhia está em fase pré-operacional (em construção), e, dentro do plano de negócios que prevê todo o período futuro de concessão da Companhia, a Administração prevê que sua rentabilidade futura será suficiente para proporcionar a recuperação dos investimentos realizados e honrar todos os compromissos assumidos. A Companhia vem despendendo de quantias significativas em custos de construção, desenvolvimento e pré-operação e necessitará de recursos financeiros dos seus acionistas e/ou de terceiros para a conclusão da UHE Sinop. A Administração da Companhia, por meio de seus acionistas, avalia as alternativas de financiamento, de curto ou longo prazos, incluindo a possibilidade de aporte complementar de recursos financeiros dos acionistas controladores.

O valor justo não foi divulgado, pois ele é razoavelmente igual ao valor contábil.

#### Análise de sensibilidade dos ativos e dos passivos financeiros

O passivo financeiro da Companhia está atrelado majoritariamente à variação da TJLP, índice de reajuste do contrato de financiamento perante o BNDES.

O CPC 40 (R1) dispõe sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, em nota explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas, ao qual a Companhia está exposta, com as instituições financeiras na data-base de 30 de setembro de 2018, foram definidos três cenários diferentes, considerando as projeções de longo prazo para as taxas de CDI e TJLP divulgadas pelo Bradesco, e foram definidos os cenários prováveis para os próximos 12 meses e, a partir daí, calculadas variações de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III).

Para cada cenário, foi calculada a despesa financeira bruta, não levando em consideração a incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2018. A data-base utilizada para os financiamentos foi 30 de setembro de 2018, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade destes em cada cenário.

#### ATIVOS

##### Risco na depreciação da taxa de juros:

	30/09/2018	Risco	Cenário I Provável	Cenário II -25%	Cenário III -50%
Aplicações	46.522		44.340	42.704	41.613
Receita financeira projetada anual			2.182	1.636	1.091
Taxa sujeita à variação		Carteira de fundos	4,69%	3,52%	2,35%
Variação - R\$				(545)	(1.091)

##### Risco na depreciação da taxa de juros:

	30/09/2018	Risco	Cenário I Provável	Cenário II -25%	Cenário III -50%
Aplicações	62.799		58.315	54.952	52.710
Receita financeira projetada anual			4.484	3.363	2.242
Taxa sujeita à variação		Redução do CDI	7,14%	5,36%	3,57%
Variação - R\$				(1.121)	(2.242)

**PASSIVOS**

**Risco na apreciação da taxa de juros:**

30/09/2018	Risco	Cenário I Provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)	991.263	1.054.853	1.070.750	1.086.647
Despesa Financeira Projetada	Aumento da TJLP	63.590	79.487	95.384
Taxa de juros		6,42%	8,02%	9,62%
Variação - R\$			15.897	31.795

**Risco na depreciação da taxa de juros:**

30/09/2018	Risco	Cenário I Provável	Cenário II -25%	Cenário III -50%
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)	991.263	927.673	879.981	848.187
Despesa Financeira Projetada	Redução da TJLP	63.590	47.692	31.795
Taxa de juros		6,42%	4,81%	3,21%
Variação - R\$			(15.897)	(31.795)

**Risco na apreciação da taxa de juros:**

30/09/2018	Risco	Cenário I Provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
Debêntures	241.692	252.145	254.758	257.372
Despesa Financeira Projetada	Aumento do IPCA	10.453	13.066	15.680
Taxa de juros		4,33%	5,41%	6,49%
Variação - R\$			2.613	5.227

**Risco na depreciação da taxa de juros:**

30/09/2018	Risco	Cenário I Provável	Cenário II -25%	Cenário III -50%
Debêntures	241.692	231.239	223.399	218.172
Despesa financeira projetada	Redução do IPCA	10.453	7.840	5.227
Taxa de juros		4,33%	3,24%	2,16%
Variação - R\$			(2.613)	(5.227)

**Premissas (média entre 2018 e 2019)**

TJLP - Passivos	.	6,42%
Carteira de fundos Bradesco - Ativos	.	4,69%
CDI - Ativos	.	7,14%
IPCA - Passivos	.	4,33%

**31 Cobertura de seguros**

Como condição para a participação no Leilão nº 006/2013-ANEEL (A-5), a Companhia foi requerida a contratar Seguro-Garantia em favor da CCEE. A apólice contratada, perante a J. Malucelli Seguradora, visa a garantir a execução das obras de implantação da Usina Hidroelétrica Sinop.

- **Seguradora: J. Malucelli Seguradora S.A.**

Objeto: Seguro-Garantia em favor da CCEE  
Apólice nº 01-0775-0185254  
Vigência: 30/08/2018 até 15/04/2019  
Limite Máximo de Garantia (LMG): R\$ 62.210

Além da apólice acima, a Companhia figura como beneficiária do seguro tipo D&O contratado em nome da Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A., cujas condições constam da seguinte forma:

- **Seguradora: AIG Seguros do Brasil S.A.**

Objeto: Seguro D&O  
Apólice nº 087372018010310000748  
Vigência: 01/04/2018 até 01/04/2019  
Limite Máximo de Garantia (LMG): R\$ 14.248

A Companhia também figura como beneficiária dos seguros de execução de obras civis em construção e instalações e montagens para implantação da UHE Sinop, contratados pela Triunfo Construtora S.A.:

- **Seguradora: Austral Seguradora S.A.**

Objeto: Execução de obras civis em construção  
Apólice nº 1006700000512  
Vigência da cobertura básica: 19/08/2014 até 31/12/2018  
Vigência da manutenção ampla: 31/12/2018 até 31/12/2020  
Limite Máximo de Garantia (LMG): R\$ 1.240.810

- **Seguradora: Swiss Re Corporate Solutions Brasil Seguros S.A.**

Objeto: Execução de instalações e montagens  
Apólice nº 51510000242  
Vigência: 01/05/2018 até 31/12/2018  
Limite Máximo de Garantia (LMG): R\$ 50.000.

## 32 Compromissos

Em 30 de setembro de 2018, a Companhia possui o montante de R\$ 150.851 de compromissos assumidos, que se referem, principalmente, a: (i) contratação de fornecedores de materiais e serviços para a construção da UHE Sinop; (ii) contratação de serviços para a operação, gestão e manutenção da UHE Sinop; e (iii) obrigações assumidas em função do constante do Plano Básico Ambiental.

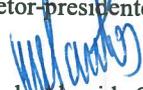
Compromissos	Total
Obras da barragem	51.656
Consultoria O&M	36.059
Obras do reservatório	26.115
Supressão vegetal	16.898
Plano Básico Ambiental	10.352
Outros	5.433
Assessorias, consultorias e auditorias	4.338
<b>Total</b>	<b>150.851</b>

### **33 Eventos subsequentes**

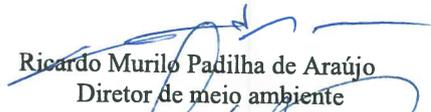
Em 23 de outubro de 2018, a Companhia recebeu o aporte do BNDES no valor bruto de R\$ 83.595. O crédito líquido em conta-corrente foi no valor de R\$ 82.026.



Jean Christophe Marcel Jos Delvallet  
Diretor-presidente



Mauro de Almeida Santos  
Diretor-administrativo-financeiro e  
diretor de relações com investidores



Ricardo Murilo Padilha de Araújo  
Diretor de meio ambiente



Warfield Ramos Tomaz  
Diretor de engenharia e construção



Alessandra Camilo da Silva  
Contador  
CRCMT 005078-0/9